

Ocupação supera nível pré-crise em 5 áreas

Por Ana Conceição | De São Paulo



Cimar Azeredo, do IBGE: "Trabalhar com alimentos, como ambulante, é uma das primeiras válvulas de escape para quem perdeu o emprego".

A crise econômica que jogou milhões de pessoas na informalidade mudou também a composição do emprego por setor na economia. Em cinco grupamentos de atividade acompanhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de ocupados superou no segundo trimestre o registrado no período imediatamente anterior à recessão, com destaque para alimentação e transporte.

Foram esses segmentos que receberam parte dos trabalhadores que perderam seus empregos e agora têm uma população ocupada maior que em 2014.

Essa recuperação relativa passa longe da indústria e da construção civil, que cortaram milhões de vagas e ainda têm um número de ocupados

bem abaixo daquele ano.

Segundo dados da Pnad Contínua trimestral, do IBGE, a construção civil perdeu 1,25 milhão de trabalhadores na comparação com segundo trimestre deste ano com o mesmo período de 2014. Uma queda de 16% no total de ocupados no setor. A indústria demitiu também 1,25 milhão (-9,5%), a agropecuária, outro 1,27 milhão (-13%). Neste último caso, a queda tem a ver também com o aumento de absorção de tecnologia pelo setor.

Na ponta oposta, o segmento de alojamento e alimentação teve no segundo trimestre deste ano um acréscimo de 1,1 milhão de trabalhadores em relação a quatro anos atrás, num aumento expressivo de 26%. Transporte aumentou seu contingente de ocupados em 9,6%, ou 409 mil pessoas. Outros serviços tinham 607 mil empregados a mais, um aumento de 15% sobre 2014. O serviço doméstico agregou mais 234 mil trabalhadores, num aumento de 4% sobre 2014. O grupo que inclui administração pública, educação, saúde e defesa ganhou mais 990 mil contratados, com aumento de 6,5% no total de empregados.

Completando os dez grupamentos de atividade acompanhados pelo IBGE, comércio e reparação de veículos têm praticamente o mesmo número

de ocupados de quatro anos atrás, e o setor financeiro, imobiliário e de administração perdeu 357 mil empregados, ou 3,5% do total de 2014.

Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, diz que o aumento da ocupação em segmentos como alimentação, transportes e outros serviços (manicure, cabeleireiro, manutenção etc.) está relacionado ao trabalho sem carteira assinada. "São os segmentos mais aderentes à informalidade. Parte deles é empregado sem carteira ou por conta própria. Trabalhar com alimentos, como ambulante, é uma das primeiras válvulas de escape para quem perdeu o emprego. Nos transportes, o aumento coincide com a entrada dos aplicativos no Brasil", diz.

É o que o economista Nelson Marconi, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), chama de "economia das quentinhas". "Setores como a indústria perdem participação na ocupação, enquanto outros, como alojamento e alimentação, que pagam menores salários, contratam proporcionalmente mais. É a economia das quentinhas, a solução de última instância, porque sempre haverá demanda por elas", escreveu ele em artigo publicado pela revista "Conjuntura Econômica", do Ibre-





FGV.

Um dos efeitos dessa mudança no mercado de trabalho, além da falta de estabilidade e benefícios sociais como Previdência, seguro-desemprego e FGTS, é a queda de renda nos segmentos que viram seu contingente de trabalhadores aumentar. Segundo dados do IBGE, ao aumento de 26% no número de trabalhadores em alimentação e alojamento, correspondeu uma queda de 9% na renda média em termos reais, no segundo trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período em 2014. Em transportes e outros serviços, o recuo foi de 9,5%. Na indústria, houve aumento de 2,6%. Na construção, setor atingido pela crise e pela Lava-Jato, além da perda de vagas o salário médio caiu 9,4%.

Com a recuperação muito lenta da economia, é improvável que indústria e construção retomem os números pré-crise rapidamente. "O emprego na construção vai aumentar à medida que houver estabilidade, quando a população se sentir segura para investir em imóveis e houver a volta dos investimentos em infraestrutura. A indústria sofre com o poder de compra mais baixo", diz Azeredo.

"O que depende do aumento da massa de renda, de carteira de trabalho, de um cenário político mais estável, sofre mais. Visto de outra forma, perdemos 4 milhões de vagas de trabalho formal e até hoje não houve recuperação", afirmou, acrescentando que a queda do emprego formal desacelerou, mas não acabou.

O técnico do IBGE observa que o mercado de trabalho está preso a um círculo vicioso: a falta de estabilidade e os baixos salários levam a menos consumo, que gera menos atividade, que resulta em menos emprego.

Azeredo ainda cita o que, para ele, é o efeito mais perverso dessa ciranda: a subutilização e o desalento. "Há toda uma população que, embora ocupada, está subutilizada e quer trabalhar mais", diz, referindo-se a 5 milhões de pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana.

Há ainda 8 milhões que estão fora da força de trabalho, mas gostariam de obter uma ocupação; 60% delas estão no desalento (desistiram de procurar emprego), o que, segundo Azeredo, dá a falsa ideia de queda do desemprego. Na soma com os mais de 13 milhões de desempregados, o total é de 27 milhões de pessoas subutilizadas.

Para Marconi, o aumento da participação de empregados com carteira no mercado de trabalho passa pela recuperação da economia e, em menor grau, pela redução do encargo sobre a folha das empresas. E ainda é preciso melhorar a estrutura produtiva e uma política educacional que melhore a qualificação dos trabalhadores, diz.

Na indústria, um setor que tradicionalmente gera mais emprego formal, as perspectivas ainda não melhoraram. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) entre maio e junho o setor cortou quase 27 mil empregos com carteira assinada, após quatro meses de saldos positivos.

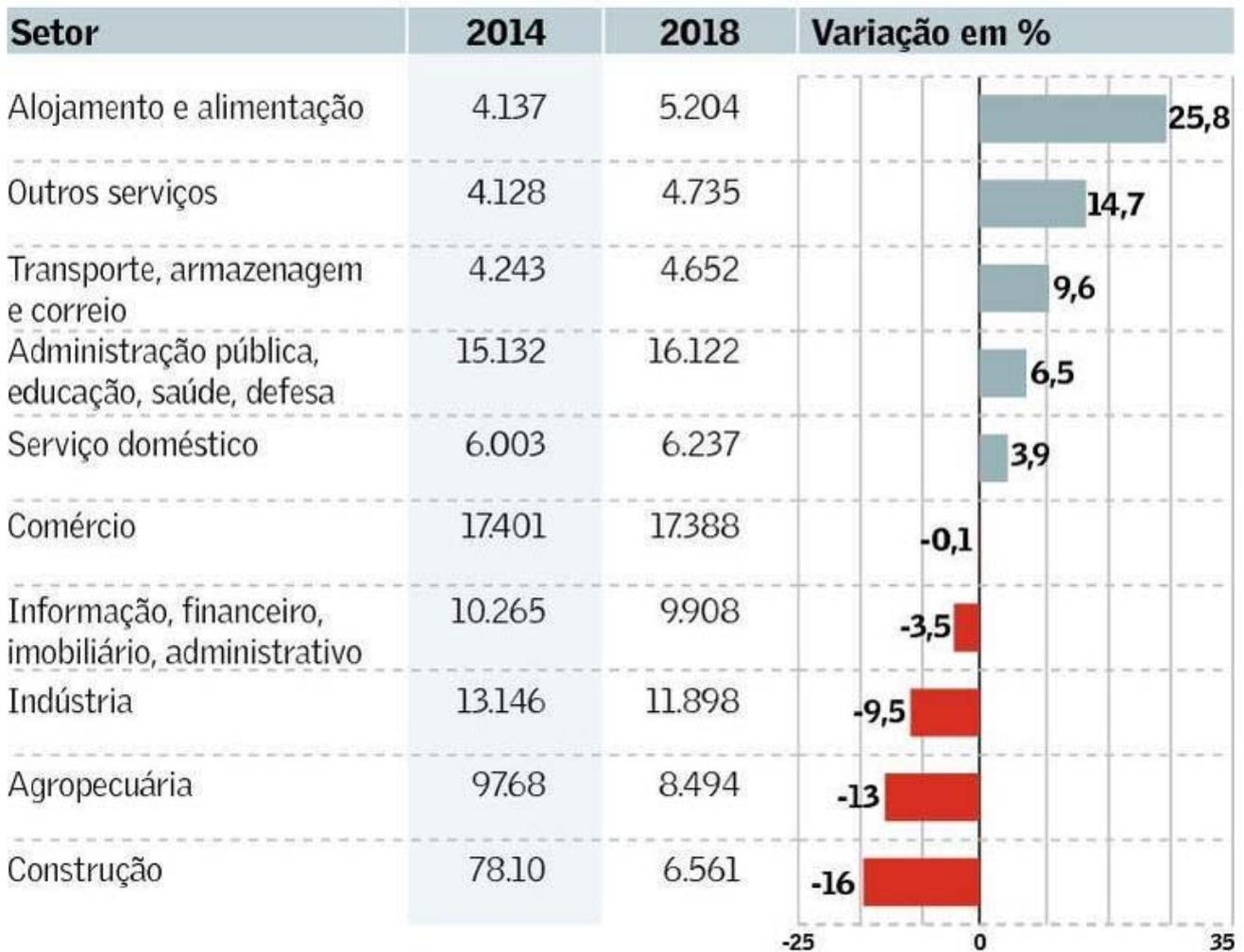
A greve dos caminhoneiros pode ter influenciado, mas, para o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Julio Gomes de Almeida, a situação frágil da indústria vai além dos efeitos da paralisação. Há crescimento lento de produção, mas as exportações de manufaturados, que deram fôlego ao setor algum tempo atrás, caem há três meses. Ele avalia que a greve de maio pesou nas expectativas. "Há falta de confiança e a cautela se reflete nos investimentos e no emprego", diz.





Pós-recessão

População ocupada no 2º trimestre - em mil



Fonte: Pnad Contínua - IBGE

LDO não permite reajuste de magistrados

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, que deverá ser sancionada hoje pelo presidente Michel Temer, não permite o aumento de 16,38% no subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), da magistratura e dos procuradores do Ministério Público da União (MPU), disseram fontes ao Valor.

As fontes explicaram que o artigo 169 da Constituição determina que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária e se houver autorização específica na LDO, o que não ocorreu para 2019.

O projeto da LDO original, que foi enviado pelo governo ao Congresso, dizia que a concessão de quaisquer vantagens e aumentos de remuneração ficavam autorizados

até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes do anexo V da lei Orçamentária de 2019. Este é o anexo que discrimina todas as elevações das despesas com pessoal que estão autorizadas em determinado ano.

No entanto, o relator do PLDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), alterou esse dispositivo, autorizando, no substitutivo que apresentou ao projeto original da LDO, apenas a contratação de pessoal para o provimento de vagas existentes ou a transformação de cargos e funções que não impliquem aumento da despesa com pessoal.

Com isso, explicaram as fontes, a LDO aprovada pelo Congresso ficou sem "autorização específica" para aumentos de remuneração dos servidores, como determina a Constituição. Para que o aumento de 16,38% no subsídio proposto pelo STF e pela Procuradoria-Geral da República possa ser aprovado pelo Congresso será necessário que ocorra antes uma alteração da LDO

de 2019, advertiram as fontes. Com um agravante: a iniciativa para mudanças na LDO é de exclusividade do presidente da República.

Quando o substitutivo apresentado por Beber foi votado pelo Congresso, os deputados e senadores derrubaram o artigo 92-A, que proibia a concessão de reajuste salarial para os servidores em 2019. Os parlamentares eliminaram o artigo, mas não colocaram outro permitindo aumentos até o limite do Anexo V.

Existe projeto propondo aumento de 16,38% para o subsídio de ministro do STF em tramitação no Senado. O projeto 27/2015, que já foi aprovado pela Câmara, prevê que esse percentual seja dividido em duas parcelas: uma a ser concedida em janeiro de 2016, e outra, em janeiro de 2017. O entendimento da área técnica é que este projeto não pode ser utilizado, pois ele tem caráter retroativo, o que é proibido pela própria LDO.

Idosos começam a receber recursos por perdas na poupança por planos

Dentista espera 31 anos para reaver R\$ 9 mil. Dinheiro servirá para custear cinco meses de convênio médico. Em dois meses, mais de 60 mil pessoas aderem a acordo para pagamento

LETYCIA CARDOSO

A luta do dentista Waldo Antônio Nahur, de 80 anos, para receber os recursos referentes a perdas da poupança causadas pelos planos econômicos teve um desfecho feliz, após 31 anos de espera. No dia de seu aniversário, em 27 de julho, ele conseguiu receber o montante a que tinha direito devido a perdas do Plano Bresser, de 1987. Ele fazia parte de uma ação coletiva movida pela Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo) — entidade que assinou o acordo de pagamento costurado com os bancos — e embolsou cerca de R\$ 9 mil (já descontados honorários advocatícios).

O dinheiro, guardado na poupança durante uma vida inteira de trabalho, era para garantir uma aposentadoria digna. A compensação recebida após três décadas de espera mal servirá para pagar cinco meses do plano de saúde.

— Pago R\$ 1.900 por mês de plano de saúde pois tenho 80 anos e fiz agora o plano. Com 80 anos,

quase ninguém aceita. Estou em plena saúde e, mesmo assim, foi difícil conseguir. Vai dar para pagar uns cinco meses. Para o resto vou contar com a minha aposentadoria e o apoio dos meus filhos, que é muito importante — disse Nahur.

O advogado Aimone Oliveira, de 76 anos, ainda não teve a mesma sorte. Em 1989, ano em que a economia vivia os impactos do Plano Verão, ele mantinha uma caderneta de poupança. Como tantos outros poupadores, viu suas economias minguarem, por receber na época um rendimento menor que o devido.

Vinte anos depois, em 2009, decidiu entrar com uma ação individual contra o Bradesco para reaver as perdas. Agora, ganhou o direito de receber a diferença de correção monetária, calculada em R\$ 630 mil, a partir de uma execução judicial provisória. O problema é que o banco não fez o pagamento de forma voluntária, no prazo estipulado. O valor foi penhorado e ainda está à disposição da Justiça.

"ATO DE HUMANIDADE"

Para a família, ele vive o estresse de não conseguir sacar o dinheiro, após uma longa espera de quase 30 anos.

— Não tenho plano de saúde. Não posso contrair uma dívida sem

ter como honrar o compromisso. Eu me sinto muito mal com essa expectativa infundável — disse Oliveira.

Para custear as despesas médicas, sua advogada, Michelle Siqueira, conseguiu na Justiça a liberação de R\$ 37 mil. Mas o banco contesta os cálculos sobre o que ele tem a receber e pede a devolução da quantia já liberada.

— Foi um ato de humanidade da juíza Virgínia Lúcia Lima liberar o dinheiro para o pagamento do tratamento. O dinheiro é deles, dos poupadores, e nada mais justo que eles possam usufruir em vida — disse a advogada.

Procurado, o Bradesco não quis comentar o caso.

Em pouco mais de dois meses, mais de 60 mil pessoas que sofreram perdas na poupança por causa de correção menor aplicada na época dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991) já se cadastraram na plataforma de adesão ao acordo firmado entre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Ao todo, cerca de três milhões de pessoas serão beneficiadas, envolvendo um milhão de processos.

Lucro do BNDES cresce 253,9% no 1º semestre

Resultado foi o melhor do banco desde a primeira metade de 2014, com a venda de ações de empresas como Petrobras e Eletropaulo. Desempenho da carteira de empréstimos da instituição somou R\$ 6,4 bilhões

BRUNO ROSA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve um lucro líquido de R\$ 4,76 bilhões no primeiro semestre deste ano, o que representou um avanço de 253,9% em relação aos seis primeiros meses de 2017. Foi o melhor resultado da instituição desde a primeira metade de 2014, impulsionado pela venda de ativos, como ações da Petrobras, e pela intermediação financeira.

No segundo trimestre do ano, o lucro líquido foi de R\$ 2,7 bilhões, acima dos R\$ 2,06 bilhões do trimestre imediatamente anterior. Segundo Dyogo Oliveira, presidente do BNDES, o banco teve um ganho de R\$ 1,8 bilhão com a venda das ações da petroleira entre janeiro e junho deste ano. Com isso, a fatia do banco na Petrobras foi reduzida de 16,54% para 15,24%.

— Vendemos 1,3% das ações totais da Petrobras — afirmou Dyogo, explicando que as

alienações fazem parte da obrigação estabelecida pelo Banco Central de reduzir a exposição do BNDES à petroleira a menos de 25% do patrimônio de referência da instituição até 2021.

O diretor de Compliance do BNDES, Marcelo Siqueira, disse que não há como antecipar se o banco vai vender mais ações da Petrobras. O BNDES também se desfez de ações de outras empresas, como Eletropaulo, comprada em junho pela italiana Enel. O banco registrou um ganho de R\$ 1 bilhão com o negócio.

60% DA
META ALCANÇADOS

A subsidiária de participações do banco, BNDESPar, somou R\$ 2,28 bilhões com ações. Da meta da empresa de vender R\$ 10 bilhões em ativos, R\$ 6 bilhões já foram alcançados. Além disso, o BNDES espera a entrada de outros R\$ 8,5 bilhões com a venda da sua participação na Fibria, cuja aquisição pela Suzano ainda depende de aprovação.

O presidente do BNDES destacou que o resultado com a intermediação financeira (a carteira de empréstimos), principal atividade do banco, chegou a R\$ 6,4 bilhões

no primeiro semestre, bem acima dos R\$ 3,5 bilhões dos primeiros meses do ano passado. Isso ocorreu porque o BNDES reduziu o volume de provisão para risco de crédito de R\$ 4,7 bilhões, em 2017, para R\$ 81 milhões, neste ano.

— O resultado do BNDES foi uma composição bem interessante das áreas do banco, com a intermediação financeira produzindo 60% do resultado do banco, e as alienações societárias do BNDESPar, que produziram 40% — explicou Dyogo Oliveira.

O BNDES chegou ao fim do primeiro semestre com passivos totais de R\$ 834,5 bilhões, dos quais R\$ 367,7 bilhões são relativos à dívida com o Tesouro Nacional. Em dezembro de 2017, esse passivo era de R\$ 867,5 bilhões. Vem sendo reduzido com a antecipação do pagamento ao Tesouro. O presidente do BNDES lembrou que o banco devolveu R\$ 60 bilhões no primeiro semestre e pagará outros R\$ 70 bilhões este mês.

A inadimplência ficou em 1,45%, menor que o 1,62% de março deste ano e que os 2,08% de dezembro de 2017. As operações com mais perdas estão ligadas ao Estado do Rio, que têm garantia do Tesouro.

Venda de participações amplia lucro do BNDES no 1º semestre

Nicola Pamplona

Rio de Janeiro- A política de venda de ações de empresas brasileiras levou o BNDES ao maior lucro para um primeiro semestre desde 2014. Nos primeiros seis meses de 2018, o banco lucrou R\$ 4,760 bilhões, 253% a mais do que no mesmo período de 2017.

A principal contribuição veio da venda de fatias na Petrobras e na Eletropaulo, que representaram ganho de R\$ 2,8 bilhões — R\$ 1,8 bilhão com a petroleira e R\$ 1 bilhão com a distribuidora, que foi comprada pela italiana Enel.

Em uma estratégia para substituir aportes do Tesouro Nacional entre suas fontes de financiamento, o banco acelerou em 2018 a venda do que chama de "empresas maduras". A expectativa é levantar R\$ 10 bilhões até o fim do ano. "Estamos perseguindo um programa de desinvestimento, que está gerando resultados para o banco", disse o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, ao detalhar o balanço nesta segunda-feira (13).

No segundo trimestre de 2018, o BNDES teve lucro de R\$ 2,697

bilhões, alta de 177.5% com relação ao mesmo período do ano anterior. O ganho com venda de ações da carteira somou R\$ 2,591 bilhões no trimestre e R\$ 4,101 bilhões no semestre.

Braço de participações do banco, o BNDESPar apresentou resultado positivo de \$ 3,809 bilhões no semestre, alta de 204,7% com relação ao mesmo período de 2017.

Dois terços deste total são fruto de venda de ações. Oliveira disse que o BNDES ainda espera receber em 2018 R\$ 8,5 bilhões da venda de ações da Fíbria para a Suzano, operação que depende de aprovação dos órgãos de defesa da concorrência.

No caso da Petrobras, a venda de ações ainda tem o objetivo de enquadrar a exposição do banco à estatal, sua maior cliente. As operações do primeiro semestre envolveram 1,3% do capital da petroleira.

O custo com provisões para créditos duvidosos, que contribuiu com o resultado, caiu para R\$ 81 milhões no primeiro semestre, contra R\$ 4,769 bilhões em junho de 2017.

"É o fim do ciclo de provisionamento [de fazer reserva financeira] de uma série de projetos que tiveram problemas", disse o presidente do BNDES.

Já o resultado de intermediação financeira foi de R\$ 6,535 bilhões no semestre, menor do que os R\$ 8,336 do mesmo período do ano anterior diante do declínio do tamanho da carteira e menor rentabilidade dos financiamentos.

O ritmo de desembolsos para financiamentos continua baixo: foram R\$ 27,757 bilhões no primeiro semestre, queda de 17% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Com a necessidade de devolver recursos à União, o BNDES aprovou mudanças em sua política de dividendos, reduzindo a previsão para o mínimo legal, de 25% do lucro líquido, a partir de 2019. Em 2017 e 2018, serão 60%. O objetivo é reservar recursos para financiamentos sem necessidade de aportes do Tesouro, disse o presidente do BNDES.





BNDES tem maior lucro para um 1º sem. desde 2014

Em R\$ bilhões



Teto de gastos será cumprido em 2019

ANTONIO TEMÓTEO

A greve dos caminhoneiros, que levou a uma inflação maior em junho, o crescimento da arrecadação e redução das despesas públicas possibilitarão que o governo cumpra o teto de gastos em 2019 e 2020. Essa é a conclusão do Relatório de Acompanhamento Fiscal publicado ontem pelo Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal.

O economista Gabriel Leal de Barros, diretor adjunto do IFI, explica que o último relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Ministério do Planejamento aponta melhora da arrecadação de janeiro a junho e gastos menores do que o projetado inicialmente. Ele explica que o governo tem desembolsado menos recursos com o pagamento de abono salarial, seguro-desemprego e subsídios. “Uma coisa interessante é que, apesar de a despesa vir abaixo do esperado no primeiro semestre, o Executivo não alterou a estimativa para o fim do ano”, comenta.

Com esse cenário, a tendência é que o resultado das contas públicas seja melhor que o estimado no

Orçamento. Atualmente, a estimativa da equipe econômica é de rombo de R\$ 159 bilhões nas finanças públicas. Entretanto, nas contas do IFI, será de R\$ 148,8 bilhões. Barros ressalta que isso é porque, quando a União opera com despesas abaixo do teto de gastos, existe um espaço fiscal remanescente que é incorporado para o próximo ano. Ele explica que, em 2017, havia uma brecha de R\$ 50 bilhões, que incorporada a correção inflacionária levou a um espaço fiscal de R\$ 90 bilhões em 2018.

O diretor da IFI acredita que o orçamento do próximo ano terá espaço fiscal de R\$ 15 bilhões transferidos a partir de 2018. Além disso, a alta da inflação em junho, de 1,26%, que levou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 4,4% nos últimos 12 meses, autorizou o governo a gastar mais R\$ 59,2 bilhões. Com isso, esse espaço fiscal com despesas totalizará R\$ 74,2 bilhões e chegará a R\$ 105,4 bilhões, levando em conta todo o Orçamento. A previsão anterior era de uma margem fiscal de R\$ 89 bilhões.

Entre os fatores que contribuíram para ampliação da margem fiscal no

próximo ano, Barros destaca menores gastos com subsídios e subvenções de investimento e do agronegócio, além de compensações do Tesouro Nacional à Previdência pela desoneração da folha. “Levando em consideração todos os cenários — base, otimista e pessimista —, o avanço das obrigações em 2019 deve variar de R\$ 61 bilhões a R\$ 66 bilhões, abaixo, portanto, do limite de R\$ 74,2 bilhões para ampliação da despesa sujeita ao teto”, diz o diretor do IFI. Ele ressalta, entretanto, que para concretizar o cenário de cumprimento do teto de gastos no próximo ano, sem restrição relevante do funcionamento dos ministérios, foi considerado que não será renovada a subvenção à comercialização do óleo diesel, que teve impacto de R\$ 9,5 bilhões nas contas públicas em 2018.

Reformas estruturantes

Caso esse cenário se confirme, Barros explica que seria possível cumprir o teto de gastos nos dois primeiros anos do próximo governo, tempo importante para que as reformas estruturais pelo lado do gasto fossem aprovadas e implementadas, uma vez que a





margem fiscal neste período deve atingir R\$ 105,4 bilhões e R\$ 90,3 bilhões, respectivamente em 2019 e 2020. “Vale notar, contudo, que o grau de liberdade estimado para 2020 é próximo do limite mínimo de funcionamento dos ministérios, entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões, cujo risco implícito de descumprimento é crescente”, comenta.

Na opinião de Barros, abriu-se uma janela de oportunidade para que as reformas sejam debatidas com a sociedade e Congresso Nacional, o que possibilitaria o cumprimento do teto de gastos no longo prazo. Com isso, a pecha de “PEC da morte” seria desmistificada. “O Brasil nunca fez o ajuste pelo gasto. Nunca conseguimos reduzir sistematicamente as despesas públicas. O governo tem condições de trabalhar com tranquilidade para aprovar as reformas”, afirma.

Para ele, se o próximo presidente da República estiver, de fato, comprometido com o ajuste fiscal pelo lado do gasto, terá espaço para que isso, de fato ocorra. “Ficou claro que é possível sustentar o teto de gastos se as reformas estruturais forem aprovadas pelo Congresso Nacional”, afirma.